

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Forasteiro nº 149 Class.: Política Indígena

Data: julho/Ago/1992 Pg.: 15 430



*Pausa para o almoço, durante a 7ª Assembléia dos Povos Tupi*

# Povos Tupi apontam seus principais problemas

**A** tradicional assembléia anual dos povos Tupi, que este ano foi realizada na Aldeia Asurini do Trocará, no Pará, de 15 a 18 de julho de 1992, decidiu criar o Conselho de Articulação dos Povos Tupi. A nova organização indígena terá dez membros por enquanto, sendo três do Maranhão (Guajajara), cinco da região do Tocantins (Tembé, Anabé, Aikewar, Parakanã e Asurini) e dois da região do Araguaia (Tapirapé).

A Sétima Assembléia dos Povos Tupi contou com 101 participantes, além de mais ou menos 70 ouvintes da Aldeia Trocará. Como convidado especial participou Orlando Baré, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

Na discussão da conjuntura, revelou-se que nenhuma das áreas Tupi do Xingu está demarcada. Muitas áreas são invadidas, as placas crivadas de bala ou arrancadas ou ainda substituídas por outras no lugar das da Funai. Os principais invasores são madeireiros, garimpeiros, pescadores, fazendeiros, colonos e até os habitantes de um distrito municipal. Os participantes da Assembléia disseram que muitas áreas são pequenas e pobres demais para sustentar a crescente população. Alguns grupos querem recuperar a parte de seus territórios tradicionais que ficaram fora da demarcação.

Na área de Saúde, constatou-se a falta de pessoal, remédios e transporte. Na área de Educação, faltam professores e material. E não há aula após a quarta série. Muitos reclamaram que as suas línguas não são reconhecidas, por pressão dos brancos. Alguns disseram que o uso de bebidas alcoólicas tem causado brigas sérias nas aldeias. Para combater o vício, os Tembé resolveram proibir a cachaça, dentro e fora da área.

### Documento destaca os maiores problemas

Em documento que enviaram às autoridades, às entidades indigenistas e à imprensa, os povos Tupi resumiram os seus problemas principais. Os Asurini-do-Trocará exigem que o governo do Pará pague a indenização prometida por

conta da construção da estrada Transcarné.

Os Tembé de Guamá (PA) querem a retirada do fazendeiro invasor Mejer, instalado no oeste de suas terras.

Os Guajajara (MA) pedem a demarcação imediata das áreas Krikati e Guajá e ainda retirada imediata do povoado São Pedro dos Cacetes, incrustado na área Cana Brava.

A exigência dos Paranatinga e Marujdewara (PA) é de que a Eletronorte construa a aldeia nova prometida há cinco anos, como parte de uma indenização. E que também sejam retirados da área a empresa madeireira e os garimpeiros que já adentram 40 km de suas terras. Eles querem ainda o afastamento do Sr. Arnaldo de qualquer área indígena. Quando estava no Maranhão, esse elemento desviou verba da Funai, tendo sido demitido e processado.

Por sua vez, os Asurini do Koatinemo (PA) solicitam a demarcação imediata, em área contínua, para os povos Parakanã, Apiterewa e Asurini, uma vez que estas terras vêm sendo invadidas por pescadores e madeireiros. Exigem ainda a demarcação da terra dos Araweté e a ampliação da área do Koatinemo. Pedem, por fim, o afastamento do chefe de posto, Wilson, que, quando bêbado, tem ameaçado queimar a aldeia.

Já os Anambé do Cairari (PA) denunciam que a integridade de seu território está sendo ameaçada por madeiras e pelo não reconhecimento do Iterpa.

Os Tapirapé querem ampliar o seu território para que seja incluída a aldeia velha de Urubu Branco.

Outro assunto que teve grande destaque durante a Assembléia foi o 5º Centenário da invasão das Américas. "As nossas denúncias são em decorrência destes cinco séculos de opressão e massacre", afirmaram os povos Tupi no documento final. "Outrossim, assumimos e continuamos com a resistência dos nossos antepassados. Acreditamos na nossa força e união organizadas".

A próxima Assembléia Tupi será realizada na Aldeia Bacurizinho, em Grajaú, no Maranhão, em junho de 1993.